

CAMPOS & DELFIM

CONFISSÕES

Wanderlei Pozzembom



Ex-ministros Delfim e Campos na noite de autógrafos de seus novos livros (*Crônica do debate interdito* e *Na virada do milênio*), na noite de terça-feira, no restaurante Carpe Diem: textos claros e estilo irônico nos ataques à política cambial e defesa apaixonada do liberalismo econômico

IDÉIAS E POLÍTICA

Correio — (Para Roberto Campos) Ministro, quando o Simonsen (Mário Henrique Simonsen, ministro da Fazenda de 74 a 79 e ministro do Planejamento de março a agosto de 79) foi embora de Brasília, no avião que o levava de volta ao Rio ele estava acompanhado de três jornalistas. Quando avião decolou e ele viu Brasília lá de cima, virou-se para um deles, Fernando Martins, de O Globo, e disse: "Martins, que cidade bonita quando a gente vai embora dela, não?" (Risos) O sr. também não gosta de Brasília?

Campos — A melhor definição de Brasília é de um arquiteto modernista inglês. Quando eu era embaixador em Londres, convidei esse arquiteto para vir a Brasília na esperança de uma opinião favorável que pudesse ser divulgada propagandisticamente. Quando ele voltou, eu lhe perguntei: "Qual a sua impressão?" Ele quis saber, então, se poderia ser absolutamente franco. "Pois não", eu lhe disse. "É um perfeito exemplo de mau gosto monumental". (Risos)

Correio — A discordância do sr. é com o desenho da cidade? Ele é incomoda? Qual a Brasília que o sr. conheceu? O que o sr. freqüentou nos anos em que viveu aqui?

Campos — Como desenho de cidade pode se dizer que foi a vingança de um arquiteto comunista contra a sociedade burguesa (ele se refere a Oscar Niemeyer, que desenhou os principais

prédios de Brasília; o traçado da cidade é do urbanista Lúcio Costa). Insistiu em fazer uma espécie de coletivismo de elite. Tem esses edifícios todos iguais, mas eles são para uma elite. Brasília é inteiramente desajustada às condições brasileiras de transporte. Nós vivemos num país deficitário em matéria de combustíveis e aqui você tem o transporte rodoviário eleito como o principal. Então, como desenho é bastante artificial. Em segundo lugar, você tem uma questão de funcionalidade. Qual é o grande problema do Planalto Central? É a excessiva luminosidade. Isso desaconselha prédios de vidro. Prédios de vidro são muito aconselháveis na Escandinávia, onde não tem luz. Logo, um pouquinho de luz que vem ...

Delfim — E se tiver uma estufazinha, melhor.

Campos — Como tem muita luminosidade, depois tem que botar cortina por todo lado. É uma desadaptação completa. Há coisas curiosas, como os subterrâneos do Congresso...

Delfim — Os túneis do tempo. No Supremo Tribunal Federal, um cara foi dar uma martelada lá e descobriu um subterrâneo. Ninguém sabia que estava na planta.

Campos — Só para terminar: eu acho que Brasília teve uma terrível consequência social. Aumentou a taxa de corrupção. Enquanto a capital estava no Rio, o funcionário público tinha bicos legítimos na indústria, no comércio, na academia. Então suplementava seu salário normal, quase sempre inadequado. Em

Brasília você não tem atividades econômicas paralelas significativas. Tem que viver realmente do emprego público. O resultado é que a propina passou a ser considerada como um salário complementar ultramercado, em virtude da insuficiência do salário (Risos). Então, a mordida é mais prevalente em Brasília do que em outras capitais, como São Paulo, Rio. Houve também deterioração burocrática. Caso tivesse havido descentralização, teria sido ótimo, mas o que houve foi um novo centralismo. Quer dizer, você tem algumas atividades intermediárias que ficaram no Rio e em São Paulo, mas o núcleo decisório total está em Brasília. Até coisas como portos ... a Portobrás tinha um edifício aqui...

Delfim — ... e um belo barco no lago! O Brasil tinha um regime de Previdência Social atuarial. Os institutos

Arquivo Público do DF



Juscelino mostra maquete do Palácio da Alvorada: Campos não queria Brasília

de Previdência tinham reservas técnicas, mas Juscelino estava convencido de que aquelas reservas técnicas deveriam ser usadas na construção de Brasília, porque o projeto iria ser tão rendoso, com uma taxa de retorno tão alta, que era possível pegar de volta o dinheiro.

Campos — Além disso, o Juscelino acha que seria possível arrecadar muito dinheiro com a venda de terrenos em Brasília. Seria um sistema auto-financeável. Um milagre auto-financeável. Imagine. Hoje, o Tesouro tem que cobrir até 63% das despesas do governo local. Eu, na verdade, sabotei (Brasília) tanto quanto possível. Democraticamente, tais eram meus pontos de atrito com Juscelino, que foram três: Brasília, o petróleo da Bolívia (eu queria contratos de risco na Bolívia, mas o nacionalismo era tanto que não queríamos contratos de risco nem para o petróleo boliviano) (Risos); e a briga dele com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que eu achava prematura quando o Fundo não tinham iniciado negociações formais com o Brasil. E eu antecipei que o nosso futuro, nas condições em que estávamos, nos levaria à bancarrota, o que de fato aconteceu. Em 1961 o Jânio Quadros me chamou para negociar as dívidas do Brasil, que estava literalmente na bancarrota.

Delfim — As faturas estavam todas na gaveta.

Campos — Tinha promessas... a tal PVC, Promessa de Venda de Cambio. Sebastião Paes de Almeida (presidente do Banco do Brasil), vendia câmbio futuro, que não existia, e

criou os chamados atrasados comerciais. Não é que o Brasil não pagasse dívida, não pagava faturas correntes, dívidas correntes ...

Delfim — ... petróleo ...

Campos — Tivemos que pedir penico às empresas petrolíferas. Negociei com a Atlantic, com a Esso, com a Shell, em Londres, uma consolidação, um reescalonamento das dívidas correntes de petróleo.

Correio — Isso foi em que ano?

Campos — Em 1961, no governo Jânio Quadros. Eu, que tinha sido presidente do BNDE (o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que ganharia um S, de social, no governo João Figueiredo) no governo Juscelino, me tornei negociador da dívida no governo Jânio. Juscelino havia conseguido empurrar com a barriga. Jânio me chamou a Brasília. Apesar de ser matogrossense, de ter afinidades com Jânio — quando ele foi governador de São Paulo eu tinha financiado projetos paulistas —, eu me afastei dele, porque ele embarcou naquela coisa nacionalista, então eu achei que ele estava marchando no mau caminho. Mas ele mandou me chamar e me ofereceu a embaixada de Bonn, com uma idéia estranha: para criar um polo financeiro alternativo aos Estados Unidos! Em plena crise de Berlim, com troca de ultimatos (entre os Estados Unidos e a União Soviética)! Meses depois se construiu o Muro de Berlim! A dependência da Alemanha aos Estados Unidos era total. E ele queria criar um pólo alternativo aos Estados Unidos.

BIOGRAFIAS

ROBERTO CAMPOS

1917 — Nasce em Cuiabá, Mato Grosso, em 17 de abril

1939 — Depois de formar-se em Teologia e Filosofia, muda-se para o Rio de Janeiro, onde entra para o Itamaraty

1942 — É transferido para a seção comercial da Embaixada brasileira em Washington e começa a estudar economia na Universidade George Washington, onde conclui o mestrado

1944 — Integra a delegação brasileira à Conferência Monetário-Financeira da Organização das Nações Unidas, em Bretton Woods (EUA)

1951 — Integra a assessoria econômica do segundo governo Getúlio Vargas

1956 — Dirige, com Lucas Lopes, a equipe técnica responsável pelo programa econômico do JK

1958 — É nomeado presidente do BNDE. Elabora o Plano de Estabilização Monetária, com Lucas Lopes

1961 — Com Walther Moreira Salles renegocia a dívida externa e retoma entendimento com o FMI. É designado embaixador em Washington, por João Goulart

1963 — Demite-se da Embaixada em Washington, mas continua no cargo até 1964, a pedido de Jango

1964 — Assume o ministério do Planejamento de Castello Branco (1964-1967) e escreve, com Octávio Gouveia de Bulhões, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)

1974 — Nomeado embaixador em Londres. Assume em janeiro de 1975

1982 — Elege-se senador por Mato Grosso

1990 — Elege-se deputado federal pelo Rio de Janeiro. Reelege-se em 1994

ANTÔNIO DELFIM NETTO

1928 — Nasce em São Paulo, a 1º de maio

1948 — Ingressa na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP

1958 — Aprovado em concurso de livre docência na USP

1965 — Ingressa no Conselho Consultivo de Planejamento (Conspan), do governo Castello Branco

1966 — Assume a Secretaria de Fazenda de São Paulo, no governo Laudo Natel

1967 — Nomeado ministro da Fazenda do governo Costa e Silva (1967-1969)

1970 — Mantido no cargo pelo presidente Garrastazu Médici (1970-1974)

1975 — Toma posse na Embaixada brasileira em Paris

1979 — Assume o ministério da Agricultura no governo Figueiredo (1979-1985), em março. Em agosto é transferido para o Ministério do Planejamento

1986 — Elege-se deputado federal por São Paulo, reelegendo-se sucessivamente desde então